

Sugestões no âmbito da Consulta Pública à proposta de Plano Nacional de Restauro da Natureza

A Fundação Mendes Gonçalves (FMG) saúda a iniciativa do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) de submeter o Plano Nacional de Restauro da Natureza (PNRN) a consulta pública, reconhecendo a relevância deste processo para consolidar uma estratégia nacional de restauro que concilie a recuperação dos ecossistemas com a regeneração dos territórios, a valorização das comunidades e a resiliência da paisagem.

A FMG nasce do compromisso da Casa Mendes Gonçalves e do seu fundador, Carlos Mendes Gonçalves, de “cuidar do presente e contribuir para a construção de um futuro promissor e para um Mundo mais sustentável e com mais oportunidades para todas as pessoas”.

Sabemos, por isso, que construir um futuro equitativo, saudável, sustentável e com bem-estar para todos implica uma ação colaborativa essencial: Cuidar. Cuidamos das pessoas e dos ecossistemas. Do que nasce, cresce e se regenera. Cuidar é um verbo do presente e do futuro.

Queremos plantar, na nossa terra - a Golegã, sementes de mudança e possibilidade que se transformem em raízes de novas formas de educar, nutrir e regenerar. Da Golegã para o Mundo. É este o nosso legado, pelo futuro de todos.

Educar. Cuidar, através de uma educação de qualidade, para que todas as crianças tenham oportunidades equitativas de crescer, aprender e florescer.

Nutrir. Cuidar, através de uma nutrição saudável e segurança alimentar, para que todas as pessoas possam adotar estilos de vida saudáveis e sintam bem-estar.

Regenerar. Cuidar, através da regeneração dos solos e da biodiversidade, para que o planeta e as comunidades tenham um futuro melhor.

É neste enquadramento, e em conformidade com o artigo 2.º dos Estatutos da FMG, que, após análise do documento em consulta pública, se apresentam quatro contributos que visam reforçar a implementação do Plano Nacional de Restauro da Natureza. Estes contributos assentam na convicção de que o sucesso do PNRN dependerá não apenas da definição de metas ecológicas ambiciosas, mas também da capacidade dos instrumentos públicos, das instituições e da sociedade para criar as condições necessárias à sua concretização no território, promovendo uma abordagem integrada da regeneração dos ecossistemas e das paisagens.

Alinhar os instrumentos públicos com os objetivos de restauro

O PNRN estabelece metas ambiciosas para os ecossistemas agrícolas, assentes em indicadores como o carbono orgânico do solo, os elementos paisagísticos de elevada diversidade e as aves de habitats agrícolas. Contudo, o Plano dedica pouca atenção à forma como os instrumentos administrativos e financeiros atualmente existentes serão adaptados para incentivar os modelos de gestão capazes de produzir estes resultados.

Em particular, seria desejável reforçar a articulação entre os objetivos do PNRN e os instrumentos da Política Agrícola Comum, assegurando que os mecanismos de apoio, elegibilidade e monitorização evoluem no sentido de reconhecer sistemas agrícolas multifuncionais que combinam produção, biodiversidade, retenção de água, cobertura permanente do solo e gestão ativa da paisagem.

Esta adaptação reveste-se de especial importância porque muitos dos sistemas que melhor respondem aos desafios do restauro ecológico - incluindo sistemas agroflorestais, silvopastoris, regenerativos ou de elevada diversidade estrutural - continuam, em determinadas situações, a encontrar dificuldades de enquadramento nos instrumentos administrativos existentes, concebidos para tipologias produtivas mais homogêneas.

Sugere-se, por isso, que o PNRN promova uma revisão progressiva da articulação entre os seus indicadores de resultado e os instrumentos da PAC, reforçando a correspondência entre objetivos de restauro, critérios de elegibilidade, incentivos financeiros e sistemas de monitorização. Esta evolução permitiria alinhar a "gramática" das políticas públicas com a realidade de paisagens mais diversas, resilientes e multifuncionais, aumentando simultaneamente a eficácia do investimento público e a capacidade dos agricultores para contribuírem para as metas nacionais de restauro da natureza.



Reforçar a dimensão socioecológica e educativa do restauro da natureza

O PNRN constitui um importante avanço na definição de metas e indicadores para o restauro dos ecossistemas nacionais. Contudo, a sua abordagem permanece predominantemente centrada na dimensão biofísica do restauro, atribuindo menor atenção aos mecanismos sociais, institucionais e organizacionais que permitem concretizar essas metas no território.

Neste contexto, seria pertinente reforçar a dimensão socioecológica do Plano, valorizando instrumentos que acelerem a adoção de novas práticas de gestão, como redes de demonstração, Living Labs, processos de investigação e aprendizagem entre pares e iniciativas de formação e capacitação. Paralelamente, importa promover programas de educação e literacia para o restauro da natureza, envolvendo agricultores, técnicos, escolas e comunidades, de forma a consolidar uma cultura de gestão regenerativa da paisagem e do território. Importa também promover modelos de governação colaborativa que reforcem a cooperação entre agricultores, proprietários, municípios, centros de investigação e restantes agentes territoriais, incluindo consumidores.

O sistema de monitorização do PNRN avalia, sobretudo, o estado dos ecossistemas. Poderia igualmente acompanhar a evolução da capacidade instalada para promover o restauro da natureza, através de indicadores relacionados com a capacitação de agricultores e técnicos, a participação em redes colaborativas, a demonstração em contexto real e a mobilização de conhecimento.

Em última análise, consideremos que cuidar e regenerar a natureza implicam também regenerar a capacidade da sociedade para cuidar da natureza. Essa capacidade constrói-se através do conhecimento, da educação, da demonstração, da cooperação e da inovação, criando as condições para uma gestão adaptativa e duradoura dos ecossistemas e das paisagens e dependem dos instrumentos e dos incentivos estarem alinhados com esta visão, podendo o PNRN ter um contributo mais assertivo nesse domínio.

Valorizar a ligação entre restauro, sistemas alimentares e economia territorial

O PNRN estabelece uma ligação ainda incipiente entre o restauro da natureza, os sistemas alimentares e o desenvolvimento económico dos territórios. Sendo a agricultura um dos principais usos do solo em Portugal, o sucesso do restauro



dependerá também da capacidade de criar valor para os produtores e para as comunidades que gerem diariamente a paisagem.

Neste contexto, considera-se pertinente reforçar a articulação entre o PNRN e as estratégias de promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, reconhecendo que a melhoria da saúde dos solos, da biodiversidade e da qualidade da água constitui igualmente um investimento na resiliência dos territórios e da produção agrícola, na qualidade, valor e densidade nutricional dos alimentos e na vitalidade das economias locais.

Paralelamente, o Plano poderá incentivar o desenvolvimento de novas cadeias de valor associadas ao restauro da natureza e à valorização dos serviços dos ecossistemas, reforçando a atratividade económica da gestão sustentável do território. Desta forma, o PNRN afirmaria de forma mais clara que o restauro da natureza constitui também uma oportunidade de regeneração económica e social dos territórios.

Reforçar o papel da filantropia e da economia social

Embora o PNRN reconheça a importância de uma governação participada e de um modelo duradouro de financiamento e compromisso social, não atribui um papel específico ao setor filantrópico e à economia social na implementação das medidas de restauro. Esta constitui uma oportunidade por explorar, atendendo à capacidade destas entidades para mobilizar recursos financeiros complementares, promover parcerias, inovação, experimentação e investigação e apoiar iniciativas de longo prazo.

O próprio Relatório de Financiamento do PNRN refere, como exemplo internacional, o Ecological Restoration Fund, financiado, entre outras fontes, por fundações e organizações filantrópicas, evidenciando o potencial destes mecanismos para apoiar o restauro ecológico e a regeneração territorial.

Sugere-se, por isso, que a versão final do PNRN reconheça explicitamente o setor filantrópico e a economia social como parceiros estratégicos da implementação do Plano, promovendo mecanismos de investimento social e filantrópico, cofinanciamento e financiamento colaborativo de iniciativas de restauro. Tal permitiria diversificar as fontes de financiamento, reforçar a capacidade de implementação das medidas previstas e aumentar a sustentabilidade das ações de restauro a longo prazo.

Com os melhores cumprimentos,

P'la Fundação Mendes Gonçalves



Golegã, 14 de agosto de 2026